



ESTADO DO PIAUÍ  
Assembleia Legislativa

VIA DA ALEPI

AL-P-(SGM) Nº 214/2022

Teresina (PI), 28 de junho de 2022.

Excelentíssima Senhora  
**MARIA REGINA SOUSA**  
Digníssima Governadora do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

AP.010.1.002589/22  
Senha: 57F084A

[www.protocolo.pi.gov.br](http://www.protocolo.pi.gov.br)

Senhora Governadora,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei(\*)** de autoria do **Poder Executivo** que:

**"Altera a Lei nº 7.500, de 14 de maio de 2021".**

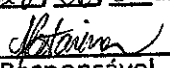
Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMISTOCLES FILHO**  
Presidente

(\*) Mídia eletrônica do autógrafo do projeto encaminhada ao Poder Executivo.



APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR  
RECEBI em 28/06/2022 às \_\_\_\_:\_\_\_\_h

  
Responsável



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 06 DE JUNHO DE 2022

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 7.500, de 14 de maio de 2021.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.500, de 14 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....  
VI - família numerosa: qualquer tipo de entidade familiar que possua, no âmbito residencial, 6 (seis) ou mais pessoas”. (NR)

“Art. 4º.....  
§ 1º.....  
IV - estar desamparado de qualquer benefício previdenciário, assistencial ou seguro desemprego, exceto quando a entidade familiar for considerada família numerosa, nos termos desta Lei, e a renda **per capita** enquadrar-se nas definições de pobreza ou extrema pobreza;  
.....” (NR)

“Art. 5º.....  
.....  
§ 3º As famílias beneficiadas por algum programa de transferência de renda, qualquer que seja o ente federativo mantenedor, somente poderão ser consideradas elegíveis para o Cartão PRO Social ao término da elencada transferência de renda, excetuando-se as famílias numerosas e que, mesmo sendo beneficiadas por um programa de transferência de renda, permaneçam sendo consideradas pobres ou extremamente pobres, nos termos desta Lei.” (NR)

“Art. 21. O orçamento do cartão PRO SOCIAL e do auxílio emergencial estará vinculado à SASC por meio do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP - **bem como a outras fontes de financiamento**, cabendo à Secretaria do Planejamento - SEPLAN - promover a sua adequação orçamentária.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), 28 de junho de 2022.



Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**LEI Nº**

**DE**

**DE**

**DE 2022**

*Altera a Lei nº 7.500, de 14 de maio de 2021.*

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.500, de 14 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....  
VI - família numerosa: qualquer tipo de entidade familiar que possua, no âmbito residencial, 6 (seis) ou mais pessoas.” (NR)

“Art. 4º .....  
§ 1º .....  
IV - estar desamparado de qualquer benefício previdenciário, assistencial ou seguro desemprego, exceto quando a entidade familiar for considerada família numerosa, nos termos desta Lei, e a renda **per capita** enquadrar-se nas definições de pobreza ou extrema pobreza;  
.....” (NR)

“Art. 5º .....  
.....  
§ 3º As famílias beneficiadas por algum programa de transferência de renda, qualquer que seja o ente federativo mantenedor, somente poderão ser consideradas elegíveis para o Cartão PRO Social ao término da elencada transferência de renda, excetuando-se as famílias numerosas e que, mesmo sendo beneficiadas por um programa de transferência de renda, permaneçam sendo consideradas pobres ou extremamente pobres, nos termos desta Lei.” (NR)

“Art. 21. O orçamento do cartão PRO SOCIAL e do auxílio emergencial estará vinculado à SASC por meio do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP - bem como a outras fontes de financiamento, cabendo à Secretaria do Planejamento - SEPLAN - promover a sua adequação orçamentária.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 28 de junho de 2022.



Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente